

EUROPA

Fitto quer “evitar riscos” nos fundos para a Madeira

ROBERTO FERREIRA
rferreira@dnnoticias.pt

Raffaele Fitto quer criar condições para “evitar riscos” para a Madeira no próximo quadro financeiro europeu e permitir que a Região prossiga o seu desenvolvimento. O vice-presidente executivo da Comissão Europeia deixou, contudo, em aberto os montantes que poderão chegar ao arquipélago entre 2028 e 2034, numa altura em que começa a ganhar peso a negociação do próximo orçamento comunitário.

A posição foi assumida ontem, no Funchal, no final de uma reunião à porta fechada com Miguel Albuquerque e todos os secretários regionais, no Palácio do Governo. Um encontro em que a futura política de coesão e o tratamento reservado às regiões ultraperiféricas (RUP) estiveram no centro das atenções.

Questionado sobre o risco de a Madeira perder fundos no próximo ciclo, Fitto começou por reconhecer a evolução económica da Região. “A Madeira desenvolveu-se claramente nos últimos anos”, afirmou, lembrando que terão de

ser considerados os resultados alcançados, incluindo o crescimento do PIB.

O responsável europeu contrapôs, porém, que o modelo proposto pela Comissão deverá permitir trabalhar conjuntamente com Portugal, Madeira e Açores no âmbito dos futuros planos de parceria nacionais e regionais. “Penso que podemos criar as condições necessárias para evitar riscos e dar a oportunidade de estas ilhas continuarem o seu desenvolvimento”, declarou.

Uma garantia sobre valores concretos, porém, não existe nesta fase. Perante nova questão sobre a possibilidade de manutenção das verbas, Fitto lembrou que o Quadro Financeiro Plurianual para 2028-2034 continua em discussão e que o montante global terá de ser acordado pelos Estados-membros.

Só depois de fechada essa negociação será possível conhecer os valores destinados aos planos de parceria nacionais e regionais e, consequentemente, perceber o envelope financeiro que poderá chegar à Madeira.

Fitto procurou, ainda assim, colocar as RUP num plano que ultrapassa a tradicional discussão so-



Vice-presidente da Comissão foi recebido por todos os secretários regionais.



**ALBUQUERQUE
DEFENDE
“TRATAMENTO
DIFERENCIADO”
PARA A REGIÃO**

bre os apoios destinados a compensar a distância e a insularidade. A localização destes territórios confere-lhes, sustentou, uma importância estratégica para toda a União Europeia.

No caso da Madeira, destacou áreas como a defesa, o espaço e a investigação, considerando que a Re-

gião representa uma oportunidade não apenas para si própria ou para Portugal, mas para a Europa.

Esta dimensão está presente na nova estratégia para as regiões ultraperiféricas adotada pela Comissão Europeia a 10 de Setembro, que procura reforçar o papel destes territórios no actual contexto geopolítico. Fitto salientou que pretende visitar as nove RUP e justificar a deslocação à Madeira com a necessidade de conhecer directamente os territórios, as suas necessidades e também as oportunidades que oferecem.

Do lado do Governo Regional, Miguel Albuquerque aproveitou a presença do vice-presidente para deixar clara a principal preocupação da Madeira: o crescimento económico alcançado nos últimos anos não pode apagar os constrangimentos estruturais que justificam um tratamento diferenciado.

O presidente do Executivo madeirense invocou o artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, que reconhece as

especificidades das regiões ultraperiféricas, e enumerou problemas que considera permanentes: distância dos principais centros europeus, reduzida dimensão do mercado, custos acrescidos no transporte de pessoas e mercadorias e exiguidade territorial.

“Não são problemas que possam ser resolvidos apenas pelo crescimento económico”, vincou.

Albuquerque considera, por isso, fundamental que o próximo quadro mantenha fundos específicos para as RUP e instrumentos capazes de responder às particularidades da agricultura, pescas e transportes.

O chefe do Executivo manifestou também preocupação com o modelo de gestão da futura política de coesão e com a possibilidade de um maior protagonismo dos Estados-membros. Para Albuquerque, uma das vantagens do actual enquadramento tem sido precisamente a capacidade de as regiões ultraperiféricas manterem uma relação directa com Bruxelas.

“As regiões falam directamente com os comissários e com a Comissão. Isso foi uma grande mais-valia durante todos estes anos”, afirmou, defendendo que essa ligação seja preservada no próximo ciclo.

A discussão decorre num momento em que a União Europeia enfrenta novas prioridades orçamentais, nomeadamente nas áreas da defesa e segurança. Albuquerque reconheceu essa realidade, mas contrapôs que as próprias RUP constituem uma mais-valia geopolítica para a Europa, garantindo-lhe presença física no Atlântico, Caraíbas, América do Sul e Índico e contribuindo para a dimensão do espaço marítimo europeu.

É neste equilíbrio entre novas prioridades europeias, crescimento económico da Madeira e manutenção de medidas compensatórias pela ultraperiferia que se jogará uma parte importante da negociação do quadro financeiro que entrará em vigor em 2028.

Europa reforça papel das regiões ultraperiféricas

■ A União Europeia quer dar uma nova dimensão às regiões ultraperiféricas (RUP), deixando de olhar para estes territórios apenas pelos constrangimentos associados à distância e insularidade para passar a valorizá-los também como activos geoestratégicos. É esta uma das principais linhas da nova estratégia europeia apresentada este mês e que, pela primeira vez, surge acompanhada por um pacote legislativo destinado a adaptar regras comunitárias às especificidades destes territórios.

As nove RUP, entre as quais Madeira e Açores, integram Portugal, França e Espanha, somam mais de cinco milhões de habitantes e permitem à União Europeia estender a

sua presença à América do Sul, Caraíbas e oceanos Atlântico e Índico. Bruxelas considera que esta implantação lhes confere um papel geoestratégico fundamental no actual contexto internacional.

O documento mantém, porém, o reconhecimento dos problemas estruturais que justificam um tratamento diferenciado. Grande afastamento, insularidade, pequena dimensão, vulnerabilidade a crises e fenómenos meteorológicos extremos, dependência de poucos sectores económicos e conectividade limitada continuam entre os principais obstáculos. O artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia permanece como base para a adopção de medidas específicas.

A diferença está na valorização das vantagens destes territórios. Bruxelas destaca a localização junto de importantes rotas comerciais, as vastas zonas marítimas, biodiversidade, recursos renováveis e potencial para actividades espaciais.

A estratégia estabelece quatro grandes prioridades. A primeira passa precisamente pelo aproveitamento do potencial geoestratégico, incluindo o desenvolvimento de capacidades nas áreas espacial, da segurança e defesa. A segunda procura aumentar a competitividade e o acesso ao Mercado Único, através da diversificação económica, economia azul, investigação, inovação e transições digital e ambiental.

A terceira prioridade é aumentar a

resiliência, sobretudo perante as alterações climáticas, protegendo infra-estruturas críticas como portos, aeroportos e redes digitais.

A quarta tem uma dimensão social: emprego, educação, redução da pobreza, habitação acessível e políticas dirigidas aos jovens. Entre estas últimas, Bruxelas introduz mesmo o conceito de “direito de permanecer”, procurando criar condições para que as novas gerações possam construir o futuro nas próprias regiões.

Uma das principais novidades está, contudo, na legislação. Pela primeira vez, a estratégia das RUP é acompanhada por um pacote legislativo destinado a responder a obstáculos provocados

pelas próprias regras europeias, abrangendo agricultura, pescas, ambiente, migração e fiscalidade. Bruxelas compromete-se ainda a considerar de forma mais sistemática as especificidades ultraperiféricas na futura legislação europeia, reforçar o diálogo directo com estas regiões e disponibilizar assistência técnica própria. Está igualmente prevista a criação de um portal único dedicado às RUP.

A nova estratégia procura, assim, conciliar as duas faces da ultraperiferia: compensar desvantagens permanentes e, simultaneamente, transformar a localização geográfica de territórios como a Madeira num activo estratégico da União Europeia.

DOCUMENTO